

FORMULÁRIO DO ATENDIMENTO

Número do atendimento: 0712.0001296/2025

Recebido em: 11/06/2025 14:48

Identificação da manifestação: Manifestação identificada

Local do fato:

Avenida Engenheiro Carlos Reinaldo Mendes , 3041 , 6º andar

Além Ponte , SOROCABA/SP - CEP: 18013-280

Prefeitura Municipal de Sorocaba

Data/Hora do fato:

Data Início: 31/07/2013

Hora Início: 00:00

Envolvidos:

Reclamado

Nome: RODRIGO MAGANHATO MANGA

Nome Social:

CPF:

Reclamado

Nome: PRISCILA RENATA FELICIANO

Nome Social:

CPF:

O que aconteceu:

Chegou ao conhecimento deste mandato denúncias relacionadas a ausência de transparência na gestão da saúde pública no município de Sorocaba, o que configura violação de direitos constitucionais assegurados e de normas legais específicas. Desde 2013, está em vigor a Lei Municipal nº 10.528/2013, que determina que a Prefeitura de Sorocaba publique, em plataforma digital de livre acesso, informações atualizadas sobre a quantidade de pacientes e a ordem de espera para consultas especializadas, exames diagnósticos e cirurgias, garantindo o sigilo dos pacientes por meio de senhas ou códigos. Trata-se de um instrumento legal criado para garantir transparência e controle social sobre a política pública de saúde municipal. No entanto, mais de uma década após a sua promulgação, a norma permanece sistematicamente descumprida pela administração pública local, sem qualquer medida concreta de implementação. A situação é agravada pelo fato de que, mesmo após diversas tentativas por parte de vereadores e da imprensa local de obter esclarecimentos, não houve resposta eficaz por parte do Executivo municipal sobre os motivos para a omissão perante a lei. Em fevereiro de 2025, o vereador Ítalo Moreira apresentou requerimento solicitando explicações formais quanto a ausência da plataforma. A resposta da Secretaria de Saúde, enviada somente em maio, limitou-se a alegar a suposta migração tecnológica, sem apresentar cronograma, justificativa técnica ou medidas provisórias de transparência. Na ocasião, o Secretário de Saúde a época, admitiu, em entrevista a imprensa local, que a ferramenta digital de controle da fila só estaria disponível "no final do ano", demonstrando o descaso institucional com a norma vigente e o impacto direto dessa omissão na vida dos usuários do SUS. O problema se aprofunda diante dos sucessivos vetos do Poder Executivo a iniciativas legislativas que buscam reforçar a transparência. Em abril de 2025, a Câmara Municipal de Sorocaba aprovou, por ampla maioria, o Projeto de Lei nº 71/2025, que obrigava a publicação mensal de relatórios sobre as filas de espera, com detalhamento por especialidade médica, tempo médio de espera e total de pacientes cadastrados. O projeto também previa a preservação da identidade dos pacientes por meio de senhas. Apesar disso, o prefeito Rodrigo Manga, Representado, vetou integralmente a proposta, sob alegação genérica de que a matéria seria de competência da União, sem apresentar qualquer fundamentação jurídica específica que justificasse a inconstitucionalidade da proposta. A ausência de transparência também se manifesta na forma como a Prefeitura trata outros pedidos realizados por meio da Lei de Acesso à Informação. Em reportagem do portal porque.com.br, de abril de 2024, revelou-se que houve atrasos de até 40 dias na resposta a solicitações de dados sobre fila da saúde, além da utilização de respostas vagas para evitar a prestação de informações aos cidadãos. As informações parciais que foram disponibilizadas indicam um cenário de colapso do sistema de regulação de atendimentos, em 2024 havia mais de 160 mil procedimentos médicos pendentes de realização, número que representa quase o dobro do registrado em 2012. O descaso administrativo afeta diretamente a vida de milhares de cidadãos. A reportagem publicada pelo jornal Cruzeiro do Sul, em 6 de junho de 2025, apresentou o caso de André Fernando Aparecido de Souza, que aguarda há mais de oito meses por consulta com urologista e por uma colonoscopia, sem qualquer informação sobre sua posição na fila ou previsão de atendimento. O caso de Lúcia Mariano Silva, de 59 anos, é semelhante, desde 2023 ela espera por consulta com endocrinologista, sem retorno da rede municipal. Esse cenário viola o princípio da dignidade da pessoa humana e frustra o direito constitucional à saúde, além de impossibilitar que os cidadãos exerçam o controle social sobre o SUS. A população não sabe se foi devidamente cadastrada, qual o critério utilizado para a priorização de atendimento, nem quanto tempo terá de esperar por um atendimento. Além disso, a ausência de transparência impede que se apure se os critérios de atendimento estão sendo desvirtuados por interesses políticos ou pessoais, comprometendo gravemente os princípios da impessoalidade e moralidade administrativa. Diante da conduta reiterada da Prefeitura, que incluiu o descumprimento da legislação municipal, a negativa de acesso à informação pública, a recusa em implementar ferramentas de controle social e os prejuízos diretos à população usuária do SUS, apresentamos a presente denúncia.

O que espera do MPSP:

Promotoria de Justiça de Sorocaba

Diante dos fatos e das violações aos direitos das pessoas relatados, a Representante requer: a) O recebimento da presente representação, com a consequente instauração de inquérito civil para apuração de eventual omissão administrativa e até mesmo improbidade administrativa pela recusa reiterada por parte da Secretaria Municipal de Saúde e do Prefeito, quanto ao cumprimento da Lei Municipal nº 10.528/2013 que trata da obrigatoriedade de publicação da fila de espera do SUS em plataforma digital acessível à população; b) Que seja oficiado ao Prefeito de Sorocaba e a Secretaria Municipal de Saúde para que, no prazo legal, prestem esclarecimentos formais e documentados sobre: i) Os motivos concretos e juridicamente sustentados pelos quais a Lei Municipal nº 10.528/13 ainda não foi integralmente implementada, mais de uma década após sua promulgação; ii) O atual estágio de implantação da plataforma digital prevista na referida legislação, com detalhamento técnico e cronológico das ações adotadas até o momento, bem como o cronograma de execução futura, se existente; iii) Quais medidas provisórias foram adotadas para assegurar mínimo grau de transparência ativa a população enquanto a plataforma definitiva não é disponibilizada, em conformidade com a Lei Federal nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação); iv) Quais recursos orçamentários foram alocados e utilizados desde 2013 para implementação da transparência nas filas do SUS e quais contratos, convênios ou parcerias públicas foram celebrados com esse fim; c) Que seja avaliada, ao término da apuração, a existência de responsabilidade por ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11 da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), diante de possível atentado aos princípios da legalidade, publicidade, moralidade e eficiência; d) Que, no caso constatadas as irregularidades, o Ministério Público adote medidas cabíveis para regularizar imediatamente a situação, com vistas à efetiva implantação da plataforma de transparência das filas do SUS no município de Sorocaba; e) Que esta representação seja autuada com a urgência compatível com a gravidade e permanência da omissão relatada, dada a repercussão direta na garantia do direito constitucional à saúde e à informação da população usuária do SUS.

Especialidade: Interesse cível coletivo

Promotoria de Justiça: Promotoria de Justiça de Sorocaba

Anexos:

Documento 1 da Manifestação (Representação nº 11_2025 - Descumprimento Lei Municipal Sorocaba - Fila SUS.pdf)

Promotoria de Justiça de Sorocaba

Trata-se de representação formulada por Deputada Estadual, informando que o Município de Sorocaba viola a transparência das filas de acesso a procedimentos de saúde e que, recentemente, vetou um projeto da Câmara de Vereadores local que possibilitaria o acesso dos pacientes à fila, informando que Sorocaba conta, atualmente, com cerca de 160000 pacientes em espera de vários procedimentos de saúde.

Solicita, inclusive, providências na área de improbidade administrativa por violação ao Princípio da transparência.

Ante o exposto, diante da grave denúncia, e para apurar as condições igualitárias dos cidadãos ao sistema de saúde, bem como para apurar prestação inadequada da saúde à população, e em que pese o Ministério Público possua diversas apurações envolvendo filas e prestação insuficientes de serviços de saúde, mas, a fim de se ter um panorama geral sobre todos os procedimentos com fila de espera perante a saúde pública municipal, RECEBO A PRESENTE REPRESENTAÇÃO E, para instruí-la, no prazo de trinta dias, DETERMINO:

1_ Oficie-se à Sra. Secretária Municipal de Saúde para que apresente na Promotoria, no prazo de vinte dias, as filas de espera existentes na rede municipal de saúde Municipal, discriminando a fila por procedimento médico aguardado e a data de inserção do paciente. Solicite-se, ainda, para que preste informações sobre o teor da representação, notadamente quanto ao fato de negar acesso público a tais listas, bem como acesso ao próprio interessado quanto à sua posição na espera;

2- Encaminhe-se uma cópia para distribuição à uma das Promotorias responsável pela análise da improbidade administrativa.

3 - Ciência à representante..

Promotoria de Justiça de Sorocaba

Documento assinado eletronicamente por **CRISTINA PALMA**, em 12/06/2025 às 17:30.

Para verificar a autenticidade deste documento, acesse o serviço pelo Atendimento ao Cidadão e à Cidadã, no site do Ministério Público do Estado de São Paulo, e informe o nº do procedimento **0712.0001296/2025** e código 30671733-ee8f-4e71-9035-0f26acd713a0
